



Deficiente poderá ter aposentadoria facilitada

Plenário do Senado aprovou ontem projeto que reduz o tempo de contribuição ao INSS e a idade mínima para que pessoa com deficiência tenha direito a se aposentar; proposta agora será enviada à Câmara dos Deputados



Senadores no Plenário durante a votação do projeto que trata da aposentadoria especial para pessoa com deficiência: proposta vai para a análise dos deputados

No caso de homens com deficiência grave, o tempo de contribuição para aposentadoria integral cai de 35 para 25 anos. No caso de mulheres, de 30 para 20 anos. Nas hipóteses de deficiência moderada e leve, as novas condições para aposentadoria por tempo de serviço

passam a ser de 29 e 33 anos para homens e de 24 e 28 anos para mulheres, respectivamente. Os níveis de deficiência serão discriminados em norma. Na aposentadoria por idade, os limites para todos os deficientes caem de 65 para 60 anos para homens e de 60 para 55 anos para mulheres. **3**

Plenário aprova mais rigidez com importados 5

Plano Brasil Maior recebe críticas e elogios 4

Senadores da Paraíba pedem mais recursos 6

Comissão da MP 562 fará debate sobre Fundeb 8

Proposta de intermediação de greves em escolas será revista por comissão

Projeto de Cristovam Buarque previa que Conselho Nacional de Educação intermediasse greves em

todo o país, mas Comissão de Educação decidiu rediscutir a ideia, que poderia sobrecarregar o CNE. **8**



Requião, Cristovam, Ana Amélia e Cássio na reunião de ontem sobre o assunto



Ameaçado de expulsão, Demóstenes deixa DEM 2

Sustentabilidade gera negócios, afirma analista durante debate 7

Shelley Carneiro, Mariano Laplane, senador Rollemberg, Gustavo Luedemann e Saulo Rodrigues, para quem a proteção do meio ambiente pode ser oportunidade para empresas



A cúpula do Senado Federal está azul desde segunda-feira, 2 de abril, Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, e ficará iluminada assim até o próximo domingo, como outros prédios e monumentos do país. O movimento, iniciado nos Estados Unidos e no Canadá, escolheu a cor azul porque a incidência do distúrbio é quatro vezes maior entre meninos. No ano passado, os senadores aprovaram a criação da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A iniciativa (PL 1.631/11) aguarda exame do Plenário da Câmara.



Antes que partido instaurasse processo de expulsão, senador enviou carta pedindo desligamento da legenda; PSOL espera que Conselho de Ética do Senado abra processo

Para evitar expulsão, Demóstenes deixa DEM

O SENADOR DEMÓSTENES Torres (sem partido-GO) enviou ontem carta ao presidente do Democratas, senador José Agripino (RN), pedindo sua desfiliação da legenda.

Fora do partido, Demóstenes não enfrentará o desgaste de um processo de expulsão do DEM, que seria aberto ainda ontem.

O parlamentar é suspeito de manter ligações criminosas com o empresário Carlos Augusto Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, que recentemente foi preso na Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, sob a acusação de explorar o jogo ilegal em Goiás.

Mesmo sem partido, Demóstenes Torres mantém seu assento no Senado.

No momento em que a carta chegou, Agripino estava reunido com integrantes do partido justamente para abrir o processo de expulsão.

Em um dos trechos da correspondência, Demóstenes Torres escreveu: “Embora discordando frontalmente da afirmação de que tenha

me desviado reiteradamente do programa partidário, mas diante do prejulgamento público que o partido fez, comunico minha desfiliação do Democratas”.

Demóstenes perdeu a confiança da cúpula do DEM quando deixou de apresentar explicações sobre as acusações de envolvimento com Cachoeira.

Ele havia sido convocado para uma reunião na noite da segunda-feira passada com a cúpula do DEM, mas não compareceu.

O Democratas, então, decidiu que instauraria um processo ético-disciplinar que poderia expulsá-lo.

Agripino enviou-lhe uma carta em que avisava: “Houve desvio reiterado do programa partidário, principalmente no que diz respeito à ética, na medida em que exsurge, do que veiculado, estreita relação de Vossa Excelência com o citado contraventor. Em casos como tal, o partido já se posicionou, não admitindo tais condutas”.

Sem Demóstenes, o

DEM ficará com quatro representantes no Senado.

Telefonemas

Relatórios da Polícia Federal contêm registros de centenas de telefonemas comprometedores entre o senador e o empresário. Há telefonemas em que Demóstenes recebe instruções de Cachoeira sobre como agir em relação a projetos de lei e ações judiciais.

Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou abertura de inquérito para investigar as relações entre Demóstenes e Cachoeira.

— O Senado está em xeque. A classe política como um todo também está. Mas quem mais está em xeque é a conduta partidária do Democratas, que não convive com a perda do padrão ético — afirmou Agripino.

O PSOL apresentou requerimento para que o Conselho de Ética do Senado apure a acusação de quebra de decoro parlamentar. O conselho, porém, precisa escolher seu novo presidente.

Bloco propõe que Wellington presida Conselho de Ética

O líder do bloco de apoio ao governo no Senado, Walter Pinheiro (PT-BA), anunciou a indicação de Wellington Dias (PT-PI) para a presidência do Conselho de Ética da Casa.

O cargo está vago desde setembro, quando João Alberto Souza se afastou do Senado para assumir um cargo no governo do Maranhão.

A indicação do novo presidente do Conselho de Ética cabe ao PMDB, mas, diante da dificuldade do partido na escolha de um nome, o bloco liderado pelo PT decidiu sugerir Wellington Dias.

O novo presidente terá de

decidir se acolhe a representação do PSOL para apuração de denúncia de quebra de decoro parlamentar contra Demóstenes Torres (GO) — que ontem pediu sua desfiliação do DEM.

Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a abertura de inquérito para investigar as relações entre Demóstenes e o empresário Carlinhos Cachoeira, acusado de explorar uma rede ilegal de jogos.

O Conselho de Ética tem reunião marcada para a próxima terça-feira.

— Em nome do bloco, venho pedir a completa apuração



Wellington Dias, indicado para presidir o Conselho de Ética do Senado

de todos os crimes, não só a apreciação da quebra de decoro — afirmou Walter Pinheiro.

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), levará o nome para análise da bancada peemedebista. Ele disse que precisa conversar com o colégio de líderes para escolher o nome do novo presidente do conselho.

Taques: Supremo erra ao tirar do MP inquérito sobre Mantega

Pedro Taques (PDT-MT) criticou liminar do ministro Luiz Fux que determina que a investigação de um ato de improbidade administrativa supostamente cometido pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, seja investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o que impede a continuidade das apurações pelo Ministério Público do DF.

Taques disse que a Constituição garante a investigação criminal de autoridades (como parlamentares e ministros de

Estado) pelo Supremo. No entanto, conforme entendimento do próprio STF, atos de improbidade não constituem crime.

— O Supremo é o intérprete da Constituição. Não pode criar uma Constituição em cada decisão — afirmou o senador.

Taques também criticou o fato de Mantega estar sendo defendido pela Advocacia-Geral da União (AGU). No entendimento do senador, a AGU não deve advogar para pessoas, ainda que estejam no cargo de ministro, e sim



Pedro Taques diz que AGU não poderia defender ministro da Fazenda

defender a União.

— A AGU faz a defesa judicial daquela que é uma pessoa jurídica com capacidade política, que recebe o nome de União e não tem absolutamente nada a ver com um ministro de Estado.



Agripino, presidente do DEM: partido “não convive com a perda do padrão ético”

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após às 19h20 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário

Regime de precatórios

14h

Na pauta da sessão deliberativa, proposta de emenda à Constituição que amplia o prazo de adesão ao regime especial de precatórios até 31 de dezembro de 2012.

CMA

Fórum Mundial da Água

8h45

Os resultados do 6º Fórum Mundial da Água, realizado em março na França, são tema de debate na Subcomissão Permanente da Água, que integra a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Estão convidados a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; o presidente do Comitê Internacional do 6º Fórum Mundial da Água, Benedito Braga; e o presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu Guillou. Após a reunião, discussão e votação do plano de trabalho da Subcomissão Temporária das Obras da Usina de Belo Monte.

CI

Tráfego aquaviário

9h

Projeto que altera a Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, para dispor sobre a habilitação de amadores, está na pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura. O colegiado examina também projeto que institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro.

CCT

Rádios comunitárias

9h

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática analisa projeto que permite às rádios comunitárias receberem recursos previstos na Lei Rouanet. Constam na pauta projetos de decretos legislativos autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e televisão em diversas regiões do país.

CDH

Terceirização do trabalho

9h

Audiência pública para debater a terceirização do trabalho. O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Renato Henry Sant'Anna, é um dos convidados da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

CCJ

Reforma administrativa

10h

O projeto que trata da reforma administrativa do Senado (PRS 96/09) é o primeiro item da pauta de votações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

CE

Acordo ortográfico

10h

Audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte debate o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Foi convidado para a audiência, entre outros, o conselheiro e chefe da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Itamaraty, Gustavo Guimarães.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Marta lamenta decisão do STJ que absolveu estuprador de meninas

A decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que absolveu um acusado de estuprar três meninas de 12 anos em São Paulo foi criticada por Marta Suplicy (PT-SP). A senadora se disse indignada com a opinião predominante no julgamento de que, como as menores já se prostituíam antes, não tiveram sua “liberdade sexual violada”.

— Foi uma decisão absurda, que desrespeita os direitos fundamentais das crianças e adolescentes e acaba responsabilizando as vítimas, já em situação de vulnerabilidade e exclusão social — comentou.

A senadora também afirmou que autoridades paulistas serão chamadas pela CPI Mista da Violência contra Mulheres a prestar esclarecimentos sobre o aumento de 17,6% nos casos de estupro no estado no primeiro trimestre deste ano, em relação ao último de 2011.



Marta: “Pessoa em desenvolvimento é vulnerável, merece respeito e proteção”

Ferraço critica julgamento sobre embriaguez ao volante

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) criticou a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça de que só o bafômetro e o exame de sangue podem atestar a embriaguez do motorista. Ele acredita que o direito individual se sobrepôs ao coletivo, enfraquecendo a Lei Seca.

— O meu direito termina quando começa o direito do outro. Que direito tenho de me embriagar colocando em risco a vida de um semelhante?

Ferraço explicou que a lei teve resultados extraordinários nos seus primeiros meses em vigor.

— Quando o STJ concedeu liminar que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, a Lei Seca perdeu sua eficácia e a violência no trânsito se transformou numa epidemia.



Ricardo Ferraço afirma que decisão do STJ enfraquece a Lei Seca

Malta diz que militantes querem criar “império gay” no Brasil

Os militantes de movimentos gays estão, segundo Magno Malta, “promovendo perseguição contra aqueles que não concordam com eles”. O senador disse que o projeto que criminaliza a homofobia (PLC 122/06), em tramitação no Senado, pode criar um “império homossexual” no Brasil.

Malta defendeu o pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus, que enfrenta processo, acusado de incitar a violência física em programa na TV, por ter aconselhado os católicos a “baixar o porrete e entrar de pau” nos participantes de uma

parada do orgulho gay. Para o senador, o pastor estava apenas pedindo uma forte reprovação ao fato de os organizadores do desfile terem levado figuras de santos em posições sensuais à Avenida Paulista em 2011.



Malta pede a rejeição do projeto que pune atitudes contra homossexuais



Lindbergh Farias discursa durante votação do projeto que muda critérios para concessão de aposentadoria a deficientes

Aprovada aposentadoria especial para deficientes

Plenário do Senado aprovou proposta que reduz tempo de contribuição para o INSS e idade mínima para que deficientes físicos se aposentem; proposta agora será enviada à Câmara dos Deputados

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a redução dos limites de tempo de contribuição e de idade para a concessão de aposentadoria a pessoas com deficiência. A atual legislação previdenciária não estabelece nenhum critério especial para as aposentadorias de deficientes.

No caso de pessoas com deficiência grave, o tempo de contribuição para aposentadoria integral de homens cai de 35 para 25 anos. Para mulheres, de 30 para 20 anos.

Nas hipóteses de deficiência moderada e leve, as novas condições para aposentadoria por tempo de serviço passam a ser de 29 e 33 anos para homens e 24 e 28 anos para mulheres, respectivamente.

Já com relação à aposentadoria por idade, os novos limites, independentemente do grau de deficiência, caem de 65 para 60 anos para homens, e de 60 para 55 anos para mulheres — as mesmas condições para os trabalhadores rurais.

A matéria retorna agora à Câmara dos Deputados.

O texto aprovado ontem no Senado é um substitutivo do senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ao Projeto

de Lei da Câmara 40/10 — Complementar.

O projeto disciplina a aposentadoria especial das pessoas com deficiência, instituída pela Emenda Constitucional 47/05.

Perícia do INSS

Em seu parecer na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lindbergh afirmou que faltava regulamentar a emenda constitucional para a concretização dessas garantias, o que vem fazendo com que as pessoas com deficiência precisem buscar a Justiça.

O grau de deficiência será atestado por uma perícia do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Regulamento do Poder Executivo definirá quais são as deficiências grave, moderada e leve.

O senador Magno Malta (PP-ES), ao lado do deputado

federal Romário (PSB-RJ) sugeriu que a nova lei passe a se chamar Lei Ivy-Beatriz — em homenagem às filhas deficientes de Romário e Lindbergh, respectivamente.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) cobrou do governo o envio ao Congresso Nacional de um projeto de lei que regulamente a aposentadoria especial também para os servidores públicos.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Ana Amélia (PP-RS), Eduardo Braga (PMDB-AM), Alvaro Dias (PSDB-PR), Gim Argello (PTB-DF), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Romero Jucá (PMDB-RR), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Jorge Viana (PT-AC), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Vital do Rêgo (PMDB-PB) falaram dos benefícios da aprovação para as pessoas com deficiência.

O que diz o projeto

O substitutivo aprovado pela comissão prevê quatro hipóteses para a aposentadoria de trabalhadores com deficiência

GRAU DE DEFICIÊNCIA	HOMEM	MULHER	RENDA MENSAL
Grave	• 25 anos de contribuição	• 20 anos de contribuição	100%
Moderado	• 29 anos de contribuição	• 24 anos de contribuição	100%
Leve	• 33 anos de contribuição	• 28 anos de contribuição	100%
Qualquer grau	• 15 anos de contribuição • 60 anos de idade • comprovação da existência da deficiência por 15 anos	• 15 anos de contribuição • 55 anos de idade • comprovação da existência da deficiência por 15 anos	70% + 1% por ano de contribuição, até o limite de 30%

Bauer defende sua proposta sobre MPs

O senador Paulo Bauer (PSDB-SC) pediu ontem que uma proposta de emenda à Constituição que trata da tramitação de medidas provisórias (PEC 8/11) seja submetida à apreciação de seus colegas.

A proposta em questão foi apresentada por ele próprio no ano passado e agora está parada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), esperando a designação de um relator.

Bauer lembrou que outra proposta



Paulo Bauer: PEC trata do rito de medida provisória

que trata do mesmo assunto (PEC 11/11), apresentada por José Sarney (PMDB-AP), já foi aprovada pelo Senado. Segundo ele, no entanto, essa PEC não satisfaz o Parlamento.

— O presidente da Câmara dos Deputados disse que as propostas apresentadas até o momento são imperfeitas e que a necessidade de uma proposição regulamentando a questão ainda permanece — concluiu.

Cícero: bônus para vestibulando local

Cícero Lucena (PSDB-PB) pediu apoio dos senadores para seu projeto que inibe o “turismo de vestibulares” nas universidades federais. Pela proposta (PLS 78/12), será dado um bônus de até 30% nas notas dos candidatos que tiverem cursado ao menos dois anos do ensino médio no mesmo estado da universidade.

Cícero argumenta que a extrema desigualdade entre os sistemas de ensino do país pode gerar distorções e causar prejuízos aos estudantes de



Cícero: faculdade ocupada por estudantes de fora

regiões onde o ensino sofre de falta de qualidade.

O senador deu como exemplo o curso de Medicina da Universidade Federal do Acre, que costuma receber mais alunos de outros estados do que acrianos. Citou o caso de um vestibular com 40 vagas, das quais 39 foram ocupadas por pessoas de outros estados.

— O projeto quer democratizar o acesso à universidade, tem alcance social e de inclusão — disse.

Incentivos à indústria dividem senadores

As novas medidas de incentivo à indústria nacional anunciadas pelo governo, dentro da segunda fase do Plano Brasil Maior, foram comentadas ontem em Plenário por vários senadores. Da bancada governista vieram os maiores elogios às iniciativas, que visam estimular a exportação e proteger o mercado interno contra a invasão de produtos estrangeiros. Entre decisões, estão aporte de R\$ 45 bilhões para o BNDES financiar investimentos, especialmente em inovação; redução de taxas de juros para aquisição de bens de capital; ampliação do prazo de financiamento para exportações; e desoneração da folha. Para o líder do governo, Eduardo Braga, as medidas são importantes para competitividade, enquanto o líder do PSDB, Alvaro Dias, diz que o plano é “mais do mesmo”.



Ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, anuncia medidas no Palácio do Planalto na presença de Dilma Rousseff e empresários



Braga: China e Coreia ameaçam

Braga afirma que medidas estimulam competitividade

Eduardo Braga (PMDB-AM) comemorou o lançamento da segunda fase do Plano Brasil Maior. As novas medidas, anunciadas pela presidente Dilma Rousseff, têm objetivo de estimular a competitividade da indústria com desonerações de tributos e política cambial.

O senador chamou a atenção para o fato de que vários dos setores beneficiados pelas novas medidas estão perdendo competitividade em relação às indústrias de outros países, como China e Coreia do Sul.

Braga alertou também para a necessidade de o Brasil buscar desenvolver a indústria automobilística, pois tem um dos maiores mercados mundiais de carros. Ele lembrou que o Brasil não foi capaz de desenvolver marcas próprias, como fez a Coreia do Sul.

Incentivos anunciados vieram na hora certa, acredita Vanessa

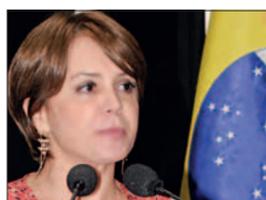
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse ontem que o momento atual é adequado para as medidas de estímulo à indústria nacional anunciadas pela presidente Dilma Rousseff.

A senadora considerou que a crise europeia leva os países a procurarem alternativas de expansão, fazendo com que mais produtos importados cheguem a outros mercados, inclusive o Brasil.

— É preciso, sim, que o Brasil perceba a importância do momento e tome medidas não só no sentido de desonerar a indústria, mas também de promover a inovação e o desenvolvimento interno. Se de um lado é certo que crises trazem problemas graves, por outro é certo também que crises, ao longo da história, têm se mostrado como grandes oportunidades — afirmou.



Vanessa: crise e oportunidades



Ângela: reduzir gasto público

Para Ângela, país precisa parar de “caminhar para trás”

A senadora Ângela Portela (PT-RR) defendeu o estímulo à indústria nacional e disse que a queda da produção é tão significativa, que não seria exagero dizer que o país “caminha para trás”.

— O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil, Aguinaldo Diniz Filho, assegura que a indústria têxtil não mais existe no Brasil, pois se tornou muito mais atrativo importar — lamentou.

Segundo Ângela, a baixa taxa de poupança interna se reflete em baixo investimento. Ela disse que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) recomenda investimentos de 25% ao ano para o país crescer 5% de forma sustentada. Hoje a taxa é de 19,3%. A senadora também defendeu redução dos gastos públicos.

Cristovam Buarque avalia que o plano do governo é insuficiente

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o Plano Brasil Maior “é insuficiente, limitado e de curto prazo”.

Para o senador, é preciso que o governo pense em estratégias de médio e longo prazos, e não em pacotes de medidas econômicas, porque eles “resolvem alguns problemas e criam outros”. Ele acredita que os líderes do Brasil estão devendo uma proposta que invista no conhecimento e seja capaz de gerar uma economia que não tenha o objetivo de somente produzir muito, mas de produzir “as coisas certas”.

— A simples desoneração de folha de pagamento, a simples redução de custos, não vai trazer para nós menor dependência se não formos capazes de criar produtos novos no Brasil — ponderou o senador.



Cristovam: falta estratégia



Alvaro: reforma tributária

“Plano poderia se chamar mais do mesmo”, diz Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o anúncio do plano do governo de benefícios à indústria nacional, ressaltando que as medidas não apresentam novidades em relação a outras iniciativas destinadas ao setor desde 2007.

— Nenhum [dos planos] salvou a indústria. Tanto é que se está fazendo outro plano, que poderia ser chamado “mais do mesmo” — afirmou o senador, em relação ao Plano Brasil Maior.

Segundo Alvaro, o governo mais uma vez recorre ao BNDES e prevê mecanismos de redução de juros, cobrindo a maior parte dos investimentos. Em todos os casos, de acordo com ele, haverá custo para o Tesouro. E o contribuinte, disse, mais uma vez, pagará a conta. Para ele, o país precisa de uma ampla reforma tributária.

Anibal Diniz vê esforço para crescimento do PIB superar o de 2011

Anibal Diniz (PT-AC) destacou, entre as medidas anunciadas, a redução dos custos trabalhistas com desoneração da folha de pagamento de empresas dos 15 setores mais afetados pela crise econômica global e mais atingidos pela concorrência com produtos importados, como têxtil, calçados, móveis, autopeças, naval e tecnologia da informação.

O senador salientou ainda a possibilidade dada aos cinco setores que enfrentam mais dificuldades de prorrogar o pagamento do PIS-Cofins de abril e maio para novembro e dezembro.

— É um esforço que vai ajudar o Brasil a ter fôlego e atingir a meta de 4,5% de crescimento este ano contra 2,7% de 2011. Com isso, o Brasil será um dos poucos que terá crescimento maior do que teve em 2011.



Anibal: crescimento maior

Pinheiro diz que medidas ajudarão na concorrência com importados



Pinheiro: produzir para exportar

Para Walter Pinheiro (PT-BA), o pacote de incentivo à indústria nacional foi pensado para dentro e fora do Brasil.

— Precisamos produzir para o consumo interno, mas também para

que exportemos aquilo que nós efetivamente geramos, com trabalho e renda aqui dentro, ou seja, agregando valor — afirmou.

O senador citou dados positivos da balança

comercial e da produção industrial brasileira, mas demonstrou preocupação com a queda na produção de bens de consumo. Para Pinheiro, os números deixam claro forte concorrência dos

importados, que gera dificuldades à indústria.

O setor de autopeças, na opinião do senador, é o que enfrenta as maiores dificuldades, por não conseguir acompanhar o novo modelo mundial

da indústria, em que a montagem do veículo só ocorre depois da venda. Para ele, a atenção do governo a esse setor deve ser ainda maior, e a inovação tecnológica é uma das soluções.

Comissão cancela debate com secretário da Fifa

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) desmarcou reunião que aconteceria na próxima quarta-feira, dia 11, com o secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke. Para discutir a Lei Geral da Copa (PLC 10/12), os senadores decidiram ouvir, no dia 10, o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, que também participaria da audiência com Valcke. Outro debate, com a presença do presidente da Fifa, Joseph Blatter, ainda será marcado.

A comissão vai enviar comunicado à Fifa reiterando a necessidade de que a entidade máxima do futebol seja representada por seu presidente e não pelo secretário-geral.

As autoridades brasileiras têm evitado tratar dos assuntos da Copa com Valcke desde que ele disse que o Brasil não estava organizando a competição como deveria e, por isso, seus dirigentes mereciam “um pontapé no traseiro”.

Na ocasião, Aldo pediu formalmente à Fifa que trocasse o interlocutor,

mas não foi atendido. Valcke disse, depois, que sua expressão foi mal traduzida e que o significado real era de que o trabalho precisava ser acelerado.

Relatora do projeto na CE, Ana Amélia (PP-RS) insistiu na necessidade de que Blatter venha ao Senado. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ponderou que recusar a eventual substituição de Blatter por um representante da Fifa poderia criar uma dificuldade complementar.

— O calendário de votação já está apertado e é preciso ter agilidade nesta matéria — observou Cássio.

Aprovado pela Câmara no dia 28, o projeto da Lei Geral da Copa será examinado pela CE, pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Assuntos Econômicos. A matéria disciplina os direitos comerciais da Fifa na Copa das Confederações de 2013 e na Copa do Mundo de 2014 e estabelece privilégios temporários para a entidade e seus associados durante os eventos.



Valcke (D) discute a Copa com o então presidente da CBF, Ricardo Teixeira



Plenário vota projeto que visa proteger a indústria nacional contra concorrência predatória de produtos estrangeiros

Senadores aprovam maior fiscalização em importados

Projeto aprovado ontem estabelece que órgãos responsáveis por regulamentação técnica, como o Inmetro, poderão atuar na alfândega inspecionando os produtos. Matéria segue de volta à Câmara

O SENADO APROVOU ontem projeto de lei com o objetivo de conter a entrada indiscriminada de produtos importados no mercado brasileiro. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 176/08, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), retornará para a Casa de origem, já que foi modificado pelos senadores.

O objetivo da proposta é, por meio de controle mais rígido de qualidade, impedir que empresas nacionais sofram concorrência predatória de produtos estrangeiros de menor custo. Durante a discussão, Alvaro Dias (PSDB-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiaram o proposição.

— Estamos votando um projeto importante. Essa matéria chega em um momento adequado, quando esse tema está em discussão no Congresso Nacional. Nosso encaminhamento, portanto, é favorável — disse Alvaro.

De acordo com o texto, órgãos responsáveis pela regulamentação técnica federal, como o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), poderão atuar na alfândega, função que antes cabia à Receita Federal.

Se o produto não estiver de acordo com as regulamentações do Inmetro, poderá ser retido pela autoridade aduaneira ou destruído, caso não seja possível corrigir os problemas detectados. Nesse caso, o importador terá de arcar com o custo de armazenamento ou de destruição.

Alterações

O texto recebeu, no Senado, três emendas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e uma na de Meio Ambiente (CMA). Na CAE, o relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), acolheu sugestões da Receita em emendas que procuravam,

segundo ele, corrigir ambiguidades e tornar mais clara a aplicação de penas como suspensão e cancelamento do registro de importador.

Já na CMA, o relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), apresentou emenda para evitar questionamentos na Organização Mundial do Comércio (OMC). No texto original, a previsão era de que todos os produtos importados fossem inspecionados, o que “importaria custos proibitivos e constituiria discriminação”, já que os produtos nacionais são fiscalizados por amostragem.

Segundo o relator, a previsão do texto de aplicar licença não automática a todos os produtos sujeitos a regulamentação técnica seria muito rígida. Com a nova redação dada pela emenda, esses produtos poderão se sujeitar ao regime de licença não automática para assegurar a garantia de conformidade.

Suplicy elogia ação do Brasil no resgate de prisioneiros das Farc



A ação da Cruz Vermelha e de militares brasileiros na libertação de dez prisioneiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) recebeu elogios de Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele disse que o resgate representa “um passo importante para a pacificação da Colômbia”.

Quatro militares e seis policiais foram soltos em uma zona rural fronteiriça. Dois helicópteros e 22 militares do Brasil, em colaboração com o governo colombiano, participaram do transporte do grupo até Villavicencio, onde foram entregues a autoridades da Colômbia para serem levados até Bogotá.

— Quero ressaltar e estimular as Farc a caminhar na direção de uma forma de pacificar a Colômbia, de não haver mais os sequestros ou a utilização do narcotráfico como maneira de conseguir recursos. Que a Colômbia possa, a exemplo do Brasil, diminuir as desigualdades.

Viana relata encontro com Lula após cura completa do câncer



Jorge Viana (PT-AC) contou ter se encontrado, há alguns dias, com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na última semana, após o anúncio de que o tumor na laringe tinha desaparecido, Lula anunciou em um vídeo que voltará à vida política.

— Mesmo ainda fisicamente debilitado, Lula estava ali se reencontrando com a vida e com a disposição de seguir lutando pelo nosso povo, pelo nosso país e por um mundo melhor para todos — relatou o senador, que fez a visita acompanhado de Walter Pinheiro (PT-BA).

Viana relembrou a história de vida de Lula, desde a infância no Nordeste até a Presidência da República e o tratamento contra o câncer, que definiu como “doloroso, duro e difícil”.

— Que isso possa ficar de lição para todos aqueles que estão enfrentando dificuldades — disse. Eduardo Suplicy (PT-SP) disse confiar que logo o ex-presidente estará plenamente recuperado.

Bahia terá mais tempo para formalizar empréstimo do BID

O Plenário referendou ontem decisão tomada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pela manhã a favor da prorrogação por 180 dias do prazo para a Bahia contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O prazo inicial da operação, no valor de US\$ 10 milhões e destinada ao Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bahia, venceu em 22 de fevereiro. Em ofício à CAE em 16 de fevereiro, o governador da Bahia, Jaques Wagner, esclareceu que não foi possível concluir o contrato no prazo estabelecido e pediu prorrogação.

Em parecer favorável à proposta — que foi inscrita na CAE por Walter Pinheiro (PT-BA) e Lídice da Mata (PSB-BA) —, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a prorrogação do prazo “não altera a substância da autorização concedida pelo Senado Federal em fins de 2010”.



Vital do Rêgo, Cícero Lucena e Cássio Cunha Lima participam da edição do programa *Assunto de Estado* que foi exibida na segunda-feira pela TV Senado

Senadores cobram mais presença do governo federal na Paraíba

Em programa da TV Senado, os representantes do estado destacam a necessidade de empreendimentos como a ferrovia Transnordestina

NO PROGRAMA *ASSUNTO de Estado* exibido segunda-feira pela TV Senado, os senadores da Paraíba — Cássio Cunha Lima (PSDB), Cícero Lucena (PSDB) e Vital do Rêgo (PMDB) — destacaram a elevação dos índices sociais no estado, mas lamentaram a escassez de investimentos do governo federal.

Cícero afirmou que o momento de redução das desigualdades vivido pela Paraíba precisa ser acelerado. O senador cobrou investimentos do governo federal para a melhoria da infraestrutura e para o aumento da renda no estado.

Vital disse que, mesmo dentro do Nordeste, o

desenvolvimento dos estados ocorre de forma desigual e afirmou que o Brasil tem uma dívida com a Paraíba.

Na mesma linha, Cássio criticou o pacto federativo, que, em sua opinião, torna os paraibanos “credores de um investimento estruturante” da União. Ele disse que as obras são importantes para reduzir as diferenças regionais.

Entre os empreendimentos necessários para seu estado, os senadores destacaram a ligação das ferrovias da Paraíba com a Transnordestina e as obras de revitalização do porto de Cabedelo.

Eles reclamaram do tratamento que a Paraíba tem

recebido da União. Segundo Cássio, sem discussão do pacto federativo, o debate sobre o desenvolvimento “cairá no vazio”. Ele criticou as propostas de mudança nos fundos de participação dos estados (FPE) e dos municípios (FPM) que tramitam no Congresso, por considerá-las desfavoráveis ao Nordeste. Cícero disse que estados e municípios recebem menos do que a Constituição prevê. Vital, por sua vez, disse que a Paraíba está muito dependente da União e falta “atitude proativa” para levar investimentos ao estado.

Ao comentar o elevado analfabetismo na Paraíba, Cássio explicou que o problema está

sendo resolvido com o esforço coletivo que levou o estado ao segundo lugar no Nordeste em frequência escolar. Cícero, além de defender as medidas do governo estadual para garantir a presença de alunos em sala de aula, pediu o cumprimento do piso salarial nacional dos professores — o que não tem sido feito por alguns municípios paraibanos — por considerar que os docentes que se dedicam têm que ter sua sobrevivência garantida. Vital declarou que a educação deve ser questão de Estado, não de governo, e denunciou que a Universidade Estadual da Paraíba tem sido “agredida” pelo governo estadual.

Eunício Oliveira comemora sanção de lei que beneficia agricultores



O senador relatou o projeto que resultou na Lei 12.599/12

Eunício Oliveira (PMDB-CE) comemorou ontem a sanção da Lei 12.599/12, proveniente de projeto relatado por ele no Senado (PLV 3/12), que prorroga até março de 2013 o prazo para pagamento de débitos de pequenos e médios agricultores do Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo.

— Eu me sinto orgulhoso e muito gratificado por ter contribuído para este resultado

— disse o senador.

Segundo Eunício, a lei permitirá a 1,6 milhão de agricultores a renegociação das dívidas com base no valor original do empréstimo, sem incidência de juros, além de suspender as execuções na Justiça e os prazos processuais. Além disso, agricultores que contrataram operações de crédito coletivas poderão renegociar individualmente.

Para o senador, as famílias que vivem da agricultura poderão se dedicar inteiramente ao trabalho, sem perder tempo com burocracia e deixando de perder recursos importantes.

— O dinheiro beneficiará o comércio de diversas regiões, principalmente do interior, e, assim, manter em funcionamento uma importante cadeia produtiva da nossa economia — afirmou Eunício.

Senado aprova embaixadora para a Jordânia

O Senado aprovou ontem Renate Stille para o cargo de embaixadora do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia — 48 votos a favor, 5 contra e nenhuma abstenção.

Nos últimos anos, as relações comerciais do Brasil com a Jordânia se intensificaram devido à aquisição de aviões da Embraer pela Royal Jordanian Airlines. O intercâmbio bilateral alcançou US\$ 221,8 milhões em 2010, dos quais US\$ 220,3 milhões referem-se a exportações brasileiras.

Em sabatina na Comissão de Relações Exteriores, em março, a embaixadora classificou a Jordânia como “uma ilha de estabilidade em região volátil”.



Anita se destacou na Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul

Anita Garibaldi irá para Livro dos Heróis da Pátria

A heroína catarinense Anita Garibaldi (1821-1849) deve ter seu nome inscrito, em breve, no *Livro dos Heróis da Pátria*. O Senado aprovou ontem emenda da Câmara ao projeto (PLS 237/07) e agora segue para sanção.

Anita foi esposa do herói italiano Giuseppe Garibaldi, que no Brasil lutou pelos ideais republicanos contra o Império. Na Guerra dos Farrapos, ela aprendeu a manejar armas e passou a acompanhar o marido nas batalhas.

O *Livro dos Heróis da Pátria*, depositado no Panteão da Pátria, em Brasília, destina-se ao registro perpétuo do nome dos brasileiros que tenham oferecido a vida à pátria.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lauro deixa o Senado com a volta de Eduardo Amorim, titular do cargo

Senadores elogiam Lauro Antônio em sua despedida da Casa

Vários parlamentares saudaram ontem o senador Lauro Antônio (PR-SE), que se despediu do mandato em razão do retorno de Eduardo Amorim (PSC-SE), titular do cargo. Amorim estava em licença médica desde o final do ano passado.

— Os que me conhecem sabem que a política nunca esteve na pauta da minha vida. Tinha, inclusive, no início, vergonha de me apresentar como político. Mas o que posso lhes dizer é que a vergonha inicial deu lugar ao orgulho. Fazendo parte desta Casa, conheci pessoas da mais alta competência, pessoas de bem que estão comprometidas com o desenvolvimento dos seus estados e do Brasil — afirmou.

Ele tomou posse em 6 de dezembro de 2011. Entre os projetos que apresentou, está o PLS 36/12, que altera o atual Código de Trânsito Brasileiro para exigir que condutores e passageiros de motocicletas portem capacete com numeração da placa do veículo. A proposta aguarda relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O PLS 46/12, que aguarda relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), assegura aos estabelecimentos com atividades nas áreas de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural.

O PLS 65/12 — Complementar, relatado por Vital do Rêgo (PMDB-PB) na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), estabelece alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente nas atividades prestadas no âmbito do turismo rural.

Já o PLS 45/12, tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), prevê disciplina tributária, previdenciária e trabalhista para o turismo rural.

Lauro atuou como vice-presidente da CDR e da Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste.

Na CMA, debatedores afirmam que empresas brasileiras já não veem o meio ambiente e a inclusão social como barreiras ao crescimento

“Sustentabilidade é oportunidade de novos negócios”, diz especialista

A OTIMIZAÇÃO DO uso dos recursos naturais e a redução do impacto sobre o meio ambiente não são obstáculos para o setor produtivo, mas oportunidades de novos negócios, na opinião do diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), Saulo Rodrigues Filho, que participou ontem de audiência pública

da Comissão de Meio Ambiente (CMA) sobre a Rio+20.

— Há empresários que consideram a sustentabilidade uma solução para que o mercado continue aberto e em expansão — disse.

A respeito do papel do Brasil no cenário internacional, o senador Jorge Viana (PT-AC) afirmou que o país é um dos poucos que vêm crescendo

economicamente com inclusão social e que isso o tornou o lugar mais adequado para sediar a Rio+20 — Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável —, a ser realizada de 13 a 22 de junho no Rio de Janeiro. A organização do evento espera a participação de representantes de 193 estados-membros da ONU e 50 mil

credenciados.

Para o gerente executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Shelley Carneiro, aspectos como biodiversidade, recursos naturais em abundância e riqueza econômica credenciam o Brasil para o debate sobre políticas ambientais em âmbito internacional.



Geraldo Magela/Agência Senado

Shelley Carneiro, Mariano Laplane, Rodrigo Rollemberg, Gustavo Luedemann e Saulo Rodrigues Filho em audiência na CMA sobre a preparação para a Rio+20

Sucesso da Rio+20 depende de responsabilidade coletiva

O presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Mariano Laplane, disse que, há 20 anos, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92) deixou muitas promessas não cumpridas. Em sua avaliação, a Rio+20 só vai devolver parte do otimismo perdido se as lideranças forem para o caminho da construção social coletiva.

Economia verde, desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza são os três eixos principais da

cúpula da Rio+20, que contará com a participação de juristas, sindicalistas, parlamentares, negociadores internacionais e da comunidade científica e tecnológica de todo o mundo.

— Nos últimos 20 anos, caminhamos na direção da lógica do “cada um por si”. Indivíduos, grupos, empresas e países viveram em concorrência. Agora é preciso haver um grau de noção de responsabilidade coletiva. Sem isso, vamos continuar acumulando frustrações — previu Laplane.

Também participou do

debate o coordenador da área de sustentabilidade da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas

e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Gustavo Luedemann.

Rollemberg destaca avaliação do Fórum Mundial da Água

O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), convidou os presentes ao debate sobre a Rio+20 para retornarem hoje ao Senado e acompanharem, na Subcomissão Permanente da Água, a audiência pública que avalia os resul-

tados do 6º Fórum Mundial da Água, encerrado em 17 de março em Marselha, na França.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, é uma das convidadas. O encontro acontece às 8h30, na sala 6 da Ala Nilo Coelho.

Russo quer melhor divisão de recursos entre estados

Antonio Russo (PR-MS) pediu ontem que a reforma tributária se torne uma agenda de compromisso do Senado. Ele disse que é impossível falar de reforma tributária se não houver uma divisão mais justa dos recursos para estados e municípios.

O parlamentar criticou o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) por propor uma reforma, segundo ele, por meio de corte de incentivos fiscais, aumento do imposto pago pelo em-

presário e encarecimento dos insumos, o que leva à perda de competitividade.

— A reforma tributária deve promover ganhos para todos, empresários, governos e consumidores, por meio de um processo de ajustamento racional ao longo do tempo, sempre buscando o equilíbrio dos fatores econômicos e o desenvolvimento do setor produtivo.

Russo advertiu que a proposta do Confaz poderá causar danos à indústria, ao comércio

e à agropecuária, além de aumentar o desemprego.

O senador defendeu outra proposta que está em análise pelo Confaz e que, em sua opinião, equilibraria a relação de perdas e ganhos entre os estados. Por essa segunda proposta, haveria, por exemplo, integração de estados e municípios na cobrança e arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, além da criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, com o aumento nos fundos de participação.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Russo critica proposta do Confaz, que, segundo ele, afeta a competitividade



Na reunião da comissão, o autor do projeto sobre negociação em paralisações de professores, Cristovam (3º à esq.), aceita sugestão de Cássio Cunha Lima, a seu lado

Comissão de Educação vai rediscutir intermediação de greves em escolas

Proposta de Cristovam previa que Conselho Nacional de Educação intermediasse impasses, mas senadores decidiram rever a matéria



Greve de professores: aulas nunca são repostas integralmente, alerta Cristovam

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) decidiu ontem reexaminar projeto de lei do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que cria uma nova instância de negociação para greves de professores das redes pública e privada (PLS 7/06). A rediscussão foi sugerida por Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e aceita pelo próprio Cristovam e pelo relator da proposta, Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O projeto atribui o papel de intermediação dos movimentos grevistas ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Flexa justificou o voto pela rejeição da medida com o argumento de que isso sobrecarregaria a atuação do CNE. Ponderou ainda ser necessário regulamentar antes a greve no serviço público.

Apesar de considerar a iniciativa louvável, Cássio advertiu para o risco de a ingerência do CNE nas greves de professores afrontar o pacto federativo.

— Eu imagino greves simultâneas em vários esta-

dos e eles terem de subir ao CNE para uma tentativa de mediação. Temo transformar um país federativo em unitário — declarou.

Alternativa

Após essas considerações, Cristovam reconheceu que colocar essa responsabilidade “sobre os ombros” do CNE pode não ser o melhor caminho, mas insistiu na necessidade de se encontrar uma alternativa para lidar com as recorrentes paralisações no ensino, sem, contudo, ferir a autonomia de estados e municípios.

— Os professores são obrigados a fazer greve para defender os seus direitos, mas também não podemos fechar os olhos e deixar de admitir que, em algumas greves, os professores reivindicam além da capacidade do governo e da prefeitura — comentou.

Cristovam observou que os alunos são os maiores prejudicados pelas greves, já que as aulas não são repostas integralmente.

MP do Fundeb será debatida na terça em audiência de comissão mista

A comissão mista formada para analisar a medida provisória que prevê ações e políticas para a educação básica marcou para a próxima terça-feira audiência pública para debater a proposta. A MP 562/12 prevê o repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) a instituições comunitárias que atuam na educação rural.

Serão convidados para o debate o secretário executivo do Ministério da Educação, José Henrique Paim Fernandes, e os presidentes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e da Comissão Nacional de Educação no Campo.

A proposta de realização da audiência partiu do relator, deputado Padre João (PT-MG), que também propôs o dia 17 como prazo final para entrega

do relatório. Segundo ele, a MP poderia ser votada na comissão já no dia 19 deste mês.

— Essa audiência é um momento importante para discutir a proposta com a sociedade e com entidades ligadas à educação no campo. Não precisaríamos de uma segunda audiência — expli-

cou o relator, lembrando que mais de 50 emendas já foram apresentadas à medida.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) questionou a urgência da matéria para ter sido encaminhada ao Congresso em forma de medida provisória e fez um apelo aos deputados presentes à reunião

pela votação da PEC 11/11 (PEC 70/11 na Câmara), que altera o rito de tramitação das MPs no Congresso.

A comissão mista sobre a MP 562/12 é a primeira instalada depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) determinar que o Congresso cumprisse o rito previsto na Constituição.



Os deputados Professora Dorinha e Padre João e os senadores Waldemir Moka e Alvaro Dias na comissão sobre a MP 562/12

Acordo ortográfico pauta audiência marcada para hoje

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa será debatido hoje na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Ao contrário do Congresso brasileiro, que já referendou esse acordo, o parlamento de Portugal ainda não se manifestou sobre o assunto, segundo adiantou o presidente da CE, Roberto Requião (PMDB-PR).

— Providenciamos cópias de algumas matérias portuguesas sobre o acordo veiculadas pela internet e vamos distribuir aos senadores — informou Requião, em reunião do colegiado.

O debate será realizado a pedido de Ana Amélia (PP-RS), Paulo Bauer (PSDB-SC) e Cristovam Buarque (PDT-DF) e deverá contar com a participação do chefe da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Ministério das Relações Exteriores, Gustavo Guimarães; dos professores Pasquale Cipro Neto e Ernani Pimentel; e do diretor executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, Gilvan Müller de Oliveira.

Será ampliado debate sobre revalidação de diploma estrangeiro

A Comissão de Educação e Cultura aprovou ontem dois requerimentos de audiência pública apresentados por Cristovam Buarque (PDT-DF). O primeiro inclui a Comissão de Relações Exteriores na discussão do projeto de lei que trata da revalidação e do reconhecimento automático de diplomas expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras com reconhecida excelência acadêmica (PLS 399/11).

No segundo requerimento, Cristovam sugere participantes para o debate — proposto por Cícero Lucena (PSDB-PB) — sobre a autonomia das universidades públicas: a reitora da Universidade Estadual da Paraíba, Marlene Alves Sousa Luna; o reitor da Universidade do Estado de Mato Grosso, Adriano Aparecido Silva; o presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, João Carlos Gomes; o presidente da União Nacional dos Estudantes, Daniel Iliescu; e o secretário estadual de Educação da Paraíba, Afonso Celso Caldeira Scocuglia.